



Comissão Permanente de Licitação <cpl.semcomp@gmail.com>

Concorrência Pública 002/2023. - Esclarecimentos - Empresa Jesban.

4 mensagens

Ana Machado <advanamachado@gmail.com>
Para: cplsemcomp@gmail.com

13 de abril de 2023 às 16:05

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO

Assunto: Solicitação de esclarecimentos, com vistas a impugnação e ou representação aos órgãos competentes.

Referente: Concorrência Pública 002/2023.

Prezados Senhores:

JESBAN SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES LTDA, empresa devidamente constituída, inscrita no CNPJ sob o número 00218105/0001-11, vem por meio deste solicitar esclarecimentos acerca da licitação de modalidade concorrência 002/2023.

A celeuma encontra-se no item 9.1, subitem 9.1.2.5, observações, onde podemos encontrar:

"9.1.[...]
9.1.2.5 [...]"

- a) Todos os atestados apresentados deverão estar acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo Conselho Profissional da Licitante e/ou do Profissional;
- b) Deverá ser apresentada uma tabela resumo informando o número da Certidão de Acervo Técnico (CAT) e a que comprovação o mesmo se refere, indicando o número da página que ela se encontra na proposta apresentada.
- c) Nos atestados apresentados deverão estar destacados (iluminados) os serviços que comprovem a experiência solicitada.
- d) A não apresentação e consequente ausência de pontuação (ponto = 0,00) em qualquer item ou subitem da Proposta Técnica desclassifica o Licitante;
- e) A NOTA TÉCNICA MÍNIMA EXIGÍVEL para participar da abertura da Proposta de Preço é de 60,00 (sessenta) pontos. A empresa que não conseguir a referida nota pontuação estará automaticamente desclassificada." [destaque de nossa parte]

Parece-nos incongruente as alíneas acima, e dúvidas, Pois se a alínea "d)" for considerada, a alínea "e)" gera dúvida, onde a primeira explicita que a não apresentação em qualquer subitem desclassifica e a subsequente diz que nota técnica mínima exigida é de 60 pts.

Então, se depreende que, se nossa empresa zerar a pontuação em algum subitem, ainda poderá alcançar os 60 pontos mínimos exigidos???? e desta forma classificar-se;

Contudo, tais exigências não merecem prosperar, haja vista estarem em franca desobediência aos princípios norteadores das licitações, tais como, princípio da competitividade, do não afastamento, da legalidade, da isonomia, entre outros !!!

Destaca-se que a Legislação em vigor, Lei 8666, em seu artigo 30 nos ensina...

"Art 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

[...]

§ 10 A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

[...]

§ 50 É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

§ 60 As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.
[...]" [grifo nosso]

Conforme pode-se verificar NÃO HÁ NA LEGISLAÇÃO tal arcabouço a embasar a exigência desta Municipalidade, bem como não se vislumbra do Processo Administrativo manifesta e irrestrita justificativa para tal, logo tal ato leva ao cerceamento à competitividade.

Pelo princípio da autotutela a Administração pode rever seus atos e assim regularizar seus efeitos, e no caso em tela, a fim de evitar representação ao TCE/RJ, solicitamos sejam revistas tais exigências uma vez que, são manifestamente restritivas,

Outrossim, deve ser de igual modo verificada a exigência de apresentação de atestado de ARQUITETO, preterindo assim os Engenheiros, o que não poderá prevalecer, pois os Engenheiros têm capacitação técnica, para a execução e a elaboração do objeto da licitação, não podendo ser excluídos;

Ou seja, deve o edital permitir que seja apresentado atestado do ARQUITETO e/ou de ENGENHEIRO, juntamos para seu entendimento nesta seara decisão conforme abaixo quando o **STJ ratificou habilitação de engenheiro para projetos arquitetônicos, vejamos:**

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1872400 - PE (2020/0101584-6)

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN

AGRAVANTE : CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE

ALAGOAS - CAU/AL

ADVOGADO : JOSÉ DE BARROS LIMA NETO - AL007274

AGRAVADO : MUNICÍPIO DE MACEIÓ

ADVOGADOS : DAVID FERREIRA DA GUIA - AL004774

GUSTAVO MEDEIROS SOARES ESTEVES - AL011641

BRUNO KIEFER LELIS - AL012997

AGRAVADO : CONSELHO REG DE ENGENHARIA ARQUITETURA E

AGRONOMIA AL

ADVOGADO : ROBERTO CARLOS PONTES - AL003767

EMENTA PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 2º E 3º, § 4º, DA LEI 12.378/2010. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. FUNDAMENTO INSUFICIENTEMENTE ATACADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283 DO STF. RESOLUÇÃO 51/2013 DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL E RESOLUÇÃO 1.048/2013 DO CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CONFEA. NORMAS QUE NÃO SE AMOLDAM AO CONCEITO DE LEI FEDERAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA.

1. Não se conhece de Recurso Especial em relação à ofensa aos arts. 2º e 3º, § 4º, da Lei 12.378/2010 quando a parte não aponta, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Aplica-se, por analogia, a Súmula 284/STF.

2. Hipótese em que o Tribunal de origem consignou: "O Município de Maceió se insurge contra insegurança jurídica instaurada com a entrada em vigor da Resolução nº 51/13, prolatada pelo CAU/BR, uma vez que, em suma, teria indicado como privativas de arquitetos e urbanistas atividades que, antes da edição de tal normativo, também poderiam ser realizadas por engenheiros, tecnólogos e técnicos inscritos no sistema CONFEA/CREAs. É fundada a incerteza do Município de Maceió acerca do campo de atuação dos engenheiros, arquitetos e urbanistas quanto à habilitação para elaboração e execução de projetos arquitetônicos, merecendo a tutela jurisdicional pleiteada. A inicial veio suficientemente instruída com prova inequívoca da verosimilhança de suas alegações, uma vez que as resoluções de ambos os conselhos apresentam conflitos de campos de atuação dos profissionais a ela vinculados. Os ofícios tanto do CAU/BR quanto do CREA/AL dirigidos ao ente municipal também demonstram a controvérsia quanto ao campo

de atribuição dos respectivos profissionais. Do mesmo modo, resta presente o fundado receio de dano, com a iminente paralisação dos projetos arquitetônicos submetidos à apreciação da SMCCU. Com efeito, a partir da Lei nº 12.378/2010, os arquitetos e urbanistas foram retirados do campo de abrangência do sistema CONFEA/CREAs. Foram criados o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil e os Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo, que passaram a ser os órgãos de regulamentação e fiscalização de referidas profissões. (...) Não cabe aferir a legalidade ou ilegalidade da Resolução CAU/BR nº 51/13 ou da Resolução CONFEA 1048/2013, mas apenas harmonizar a leitura dos seus dispositivos à luz da Lei n. 12378/2010, que em seu bojo traz a solução para eventuais conflitos que possam advir do exercício do poder regulamentar conferido aos conselhos profissionais, especialmente no que se refere à delimitação dos campos de atuação respectivos. E a solução se verifica no § 4º do artigo 3º da referida lei, como já explicitado: a resolução conjunta entre os conselhos. Do mesmo modo, a lei dispõe, como já mencionado, de norma que regula as situações de controvérsia enquanto os conselhos não dispuserem conjuntamente sobre suas atribuições, valendo a norma que garanta ao profissional com maior margem de atuação. Na prática, a solução do conflito aparente das resoluções se dá, a meu modo de ver, do seguinte modo: se uma atividade é estabelecida como privativa de arquiteto ou urbanista por ato administrativo do CAU/BR, mas ao mesmo tempo é prevista como privativa de engenheiro por ato normativo do CONFEA, todas estas profissões podem exercê-la, sem que um Conselho possa autuar profissional inscrito em outro. Nesse panorama, é inadmissível que um Conselho autue e/ou impeça profissional de outro Conselho de exercer atividade que esteja, ao mesmo tempo, prevista na Resolução de um e de outro Conselho, enquanto não deliberado por ambos os conselhos, em resolução conjunta, nos termos da Lei 12378/2010" (fls. 1.269-1.273, e-STJ).

3. O insurgente não ataca a fundamentação transcrita. Dessa maneira, tratando-se de fundamentos aptos, por si sós, para manter o decisum combatido, aplica-se na espécie, por analogia, o óbice da Súmula 283/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."

4. Para efeito de admissibilidade do Recurso Especial, à luz de consolidada jurisprudência do STJ, o conceito de lei federal (art. 105, III, "a", da CF) compreende tanto atos normativos (de caráter geral e abstrato) produzidos pelo Congresso Nacional (lei complementar, ordinária e delegada), como medidas provisórias e decretos expedidos pelo Presidente da República. Logo, o

apelo nobre não constitui, como regra, via adequada para julgamento de ofensa a atos normativos secundários produzidos por autoridades administrativas, quando analisados isoladamente – sem vinculação direta ou indireta a dispositivos legais federais –, tais como resoluções, circulares, portarias, instruções normativas, atos declaratórios da SRF, provimentos das autarquias, regimentos internos de Tribunais, enunciado de súmula (cf. Súmula 518/STJ) ou notas técnicas.

5. Assinale-se, por fim, que fica prejudicada a apreciação da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada já foi afastada no exame do Recurso Especial pela alínea "a" do permissivo constitucional.

6. Agravo Interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam

Os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Francisco Falcão, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Herman Benjamin.

Brasília, 24 de fevereiro de 2021.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relato

E ainda conforme preconiza a Lei sobre exigência na capacidade técnica-profissional, profissional de nível superior detentor de atestado compatível com a execução do objeto, a solicitação pode ser tanto de arquiteto quanto de engenheiro, ou seja de um ou outro.

Vejamos o que diz o CREA:

Conforme o artigo 7º da [Resolução 218/1973](#), do Confea, **o engenheiro civil possui habilitação para projetos arquitetônicos:**

Art. 7º - Compete ao ENGENHEIRO CIVIL ou ao ENGENHEIRO DE FORTIFICAÇÃO e CONSTRUÇÃO: I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a edificações, estradas, pistas de rolamentos e aeroportos; sistema de transportes, de abastecimento de água e de saneamento; portos, rios, canais, barragens e diques; drenagem e irrigação; pontes e grandes estruturas; seus serviços afins e correlatos.

Art. 1º - Para efeito de fiscalização do exercício profissional correspondente às diferentes modalidades da Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio, ficam designadas as seguintes atividades: Atividade 01 - Supervisão, coordenação e orientação técnica; Atividade 02 - Estudo, planejamento, projeto e especificação; Atividade 03 - Estudo de viabilidade técnico-econômica; Atividade 04 - Assistência, assessoria e consultoria; Atividade 05 - Direção de obra e serviço técnico; Atividade 06 - Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico; Atividade 07 - Desempenho de cargo e função técnica; Atividade 08 - Ensino, pesquisa, análise, experimentação,

ensaio e divulgação técnica; extensão; Atividade 09 - Elaboração de orçamento; Atividade 10 - Padronização, mensuração e controle de qualidade; Atividade 11 - Execução de obra e serviço técnico; Atividade 12 - Fiscalização de obra e serviço técnico; Atividade 13 - Produção técnica e especializada; Atividade 14 - Condução de trabalho técnico; Atividade 15 - Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção; Atividade 16 - Execução de instalação, montagem e reparo; Atividade 17 - Operação e manutenção de equipamento e instalação; Atividade 18 - Execução de desenho técnico.

Conforme a [lei 5.194/1966](#), compete aos engenheiros: "Art. 7º- As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em: a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista e privada; b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária; c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica; d) ensino, pesquisa, experimentação e ensaios; e) fiscalização de obras e serviços técnicos; f) direção de obras e serviços técnicos; g) execução de obras e serviços técnicos; h) produção técnica especializada, industrial ou agropecuária. Parágrafo único - Os engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos poderão exercer qualquer outra atividade que, por sua natureza, se inclua no âmbito de suas profissões." É competência exclusiva do Sistema Confea/Crea definir as atribuições dos profissionais por ele abarcados.

Portanto, requerer os esclarecimentos, por escrito com a devida publicação em Diário Oficial, para possível embasamento em representação ao TCE/RJ, e correta retificação do Edital para adequação com a legislação em vigor, permitindo assim uma lisura na competitividade entre os licitantes

Atenciosamente,



Ana Machado - OAB/RJ 204.444

Procuradora - Jesban Serviços de Construções Ltda

[Rua Estudante Eliane Castanheira, 8 sala 102](#)

[Centro - São João de Meriti](#)

Telefones: 2656-6930 / 9.7007-5989

Advocacia Empresarial Licitações e Contratos Públicos

Comissão Permanente de Licitação <cpl.semcomp@gmail.com>
Para: semgipe.pmsg@gmail.com

13 de abril de 2023 às 16:24

Prezados, encaminho o pedido de esclarecimento a respeito da Concorrência Pública Nº 002/2023.

Atenciosamente,
Thais Gomes
Presidente da CPL

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Rafaela Santana <rsantana.semgipe@gmail.com>

19 de abril de 2023 às 12:36

Para: SEMGIPE PMSG <semgipe.pmsg@gmail.com>, cpl.semcomp@gmail.com, Thais Brito Dos Santos <tbrito@id.uff.br>

Cc: Fernanda Menezes <fernandamenezes.semgipe@gmail.com>

Prezados,

Vimos por meio deste responder ao questionamento encaminhado pela **JESBAN SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES LTDA**, acerca do Edital CP 002/2023/PMSG .

Parece-nos incongruente as alíneas acima, e dúvidas, Pois se a alínea "d)" for considerada, a alínea "e)" gera dubiedade, onde a primeira explicita que a não apresentação em qualquer subitem desclassifica e a subsequente diz que nota técnica mínima exigida é de 60 pts.

Então, se depreende que, se nossa empresa zerar a pontuação em algum subitem, ainda poderá alcançar os 60 pontos mínimos exigidos???? e desta forma classificar-

se;

Resposta:

A alínea "d)" e "e)" são disposições independentes uma da outra.

A alínea "d)" esclarece que: a empresa que não apresentar atestado e/ou certidão em qualquer item ou subitem, implicando na atribuição de 0,00 (zero) pontos no mesmo, estará automaticamente desclassificada.

A alínea "e)" esclarece, como mostra a tabela abaixo, que **"A NOTA TÉCNICA MÍNIMA EXIGÍVEL para participar da abertura da Proposta de Preço é de 60,00 (sessenta) pontos."** São exigidos a apresentação de no mínimo 1 atestado para cada subitem, somando respectivamente 20 + 20 + 10 + 10 pontos. Totalizando o **MÍNIMO** de 60 pontos.

Outrossim, deve ser de igual modo verificada a exigência de apresentação de atestado de ARQUITETO, preterindo assim os Engenheiros, o que não poderá prevalecer, pois os Engenheiros têm capacitação técnica, para a execução e a elaboração do objeto da licitação, não podendo ser excluídos;

Os atestados de experiência técnica de engenheiro civil são aptos para atendimento ao item 2.1 da planilha, conforme Lei [Nº 5.194/66](#).

Em nenhum momento houve por parte desta equipe de planejamento intenção de restringir ou violar a competitividade. A formação da equipe técnica com esta distribuição de qualificação visava a complementação das atribuições e formações, tendo em vista a atuação profissional com base em sua formação central, ou seja, engenheiros civis atuando com atividades base da sua formação como estruturas, instalações, saneamento, execução e coordenação de obras. Já arquitetos com arquitetura, urbanismo, paisagismo, interiores e também com execução e coordenação de obras.

Portanto, ambos profissionais são aptos para a comprovação de experiência relativos ao questionado item 2.1, desde que detentores dos atestados de responsabilidade técnica em elaboração de projetos executivos de arquitetura de edifícios corporativos/administrativos ou similares, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação de características semelhantes.

Att,

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

Secretaria Municipal de Gestão Integrada e Projetos Especiais - SEMGIPE

Prefeitura Municipal de São Gonçalo

3195-5198- Ramal 1116

[Avenida São Gonçalo, 100, G2, loja 201-B, Boa Vista, São Gonçalo.](#)

Comissão Permanente de Licitação <cpl.semcomp@gmail.com>

Para: advanamachado@gmail.com

19 de abril de 2023 às 12:45

Prezados,
Encaminho a resposta do pedido de esclarecimento.

Atenciosamente,
Thais Gomes

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de São Gonçalo
Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos
Comissão Permanente de Licitação

Endereço: Av. Presidente Kennedy, nº 765, térreo – Estrela do Norte, São Gonçalo/RJ
Telefone: (21) 2199-6382